



Município de SOURE
CÂMARA MUNICIPAL

Município de Soure

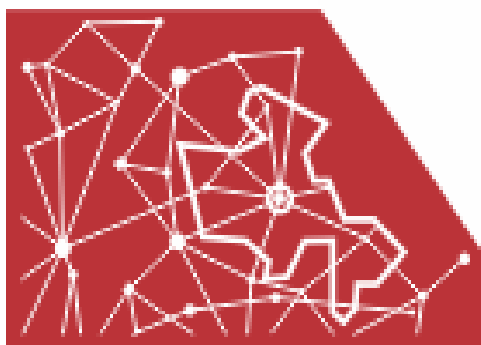
Departamento de ordenamento, Desenvolvimento e infraestruturas Municipais

Divisão de Infraestruturas e Obras Públicas e Municipais

Caderno de Encargos

**Procedimento para aquisição de fornecimento
contínuo de Inertes**

Processo nº B042/2022



MUNICÍPIO DE
SOURE
[no centro de si]



CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE BENS

ÍNDICE

I – Capítulo – Cláusulas Jurídicas	3
1 ^a . Objeto	3
2 ^a . Vocabulário comum para os contratos públicos	3
3 ^a . Local de prestação ou local de entrega	3
4 ^a . Prazo do contrato	3
5 ^a . Obrigações principais do fornecedor	3
6 ^a . Preço base e recursos financeiros orçamentados	4
7 ^a . Condições de pagamento	4
8 ^a . Requisitos de natureza social ou ambiental	5
9 ^a . Outros parâmetros base a que as propostas estão vinculadas	5
10 ^a . Contrato	5
11 ^a . Obrigações do Município de Soure	5
12 ^a . Obrigações do cocontratante	6
13 ^a . Penalidades contratuais	7
14 ^a . Dever de sigilo	8
15 ^a . Força maior	8
16 ^a . Resolução por parte da entidade adjudicante	9
17 ^a . Resolução por parte do fornecedor	9
18 ^a . Foro competente ou arbitragem para resolução de litígios	10
19 ^a . Subcontratação e cessão da posição contratual	10
20 ^a . Comunicações e notificações	10
21 ^a . Modificação do contrato	10
22 ^a . Contagem de prazos	11



23ª. Proteção de Dados	11
24ª. Legislação aplicável.....	11
II – Capítulo – Cláusulas Técnicas e Específicas.....	11
1ª. Local e condições do fornecimentos dos bens.....	11
2ª. Especificações técnicas	11

I – Capítulo – Cláusulas Jurídicas

1ª. Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar pela Município de Soure na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de inertes.
2. O contrato referido no número anterior inclui os seguintes lotes:
 - a) Lote 1 : Fornecimento de Britas;
 - b) Lote 2 : Fornecimento de Pó de Pedra;
 - c) Lote 3 : Fornecimento de Tout-Venant 1ª;
 - d) Lote 4 : Fornecimento de Tout-Venant 2ª;
 - e) Lote 5 : Fornecimento Resíduos/detritos;
 - f) Lote 6 : Fornecimento de Enrocamento.
3. Os/as concorrentes podem concorrer individualmente a cada lote ou a todos os lotes, no entanto deverão apresentar propostas diferenciadas para cada lote.

2ª. Vocabulário comum para os contratos públicos

A aquisição objeto do presente procedimento enquadra-se no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) no(s) código(s):

14212000-0 - Grânulos, cascalho, pós de pedra, seixos rolados, saibro, pedra britada e triturada, misturas de pedra, seixo-escória e outros agregados

3ª. Local de prestação ou local de entrega

A entrega dos bens é nas instalações do adjudicatário.

4ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 24 meses, a contar da data da sua assinatura, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. A denúncia deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

5ª. Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta¹;
 - b. Obrigação de garantia dos bens;
 - c. Obrigação de continuidade de fabrico;

¹ Aplicável a aquisição de bens

6ª. Preço base e recursos financeiros orçamentados

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço máximo que o Município de Soure se dispõe a pagar pelo serviço objeto do contrato a celebrar é fixado em 69.950,00€ (seiscentos e nove mil novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente ao somatório dos preços base dos seguintes lotes:
 - a) Preço base do Lote 1: 700,00€ (setecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - b) Preço base do Lote 2: 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - c) Preço base do Lote 3: 33.000,00€ (trinta e três mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - d) Preço base do Lote 4: 16.000,00€ (dezassex mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - e) Preço base do Lote 5: 5.000,00€ (cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - f) Preço base do Lote 6: 8.750,00€ (oito mil setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. O encargo decorrente da contratação tem cabimento na dotação do orçamento em vigor no presente ano económico e no(s) ano(s) económico(s) seguinte(s) de 2023, 2024.
4. No fim de cada ano de vigência do contrato e em caso de prorrogação do prazo do mesmo, pode qualquer dos outorgantes pedir a revisão do preço no termo de cada ano de vigência, a qual, sendo aprovada será baseada na variação média do Índice de Preços no Consumidor, excluindo habitação, do último mês publicado à data da renovação.

7ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas emitidas nos termos do artigo 36.º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens, nos termos do artigo 9.º, nº1, da LCPA, Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.
2. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Soure, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da requisição e o respetivo número de compromisso.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
6. As faturas devem ser emitidas à medida dos fornecimentos dos bens.

8ª. Requisitos de natureza social ou ambiental

Dado que a presente aquisição de bens não comporta riscos significativos de natureza social ou ambiental, não são exigidos requisitos específicos.

9ª. Outros parâmetros base a que as propostas estão vinculadas

Não é exigida a vinculação do fornecimento dos serviços a outros parâmetros base, para além dos fixados no presente Caderno de Encargos.

10ª. Contrato

O contrato será reduzido a escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos. Os artigos referidos no presente documento referem-se ao Código de Contratos Públicos (CCP), Decreto-Lei (DL) nº 18/08, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

1. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101.º desse mesmo diploma legal.

11ª. Obrigações do Município de Soure

1. Constituem obrigações do Município de Soure e das suas unidades orgânicas:
 - a) Efetuar o controlo de qualidade dos bens, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, de interface e de segurança, contratadas;
 - b) Monitorizar o cumprimento das condições de fornecimento e serviços pós-entrega;
 - c) Avaliar o desempenho do fornecimento através de indicadores quantitativos, qualitativos e impactos esperados, que traduzam o resultado global do fornecimento efetuado, podendo a

avaliação ocorrer, se aplicável, conforme o procedimento de avaliação de fornecedores em vigor no Município de Soure à data;

- d) Designar o/a interlocutor/a responsável pelo controlo da receção do bem e o/a responsável pela execução do contrato;
- e) O pagamento do preço contratado é efetuado em geral por transferência bancária e no prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 dias (sessenta) após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva;
- f) Comunicar ao fornecedor, por qualquer meio escrito, em tempo útil, qualquer discordância quanto aos bens fornecidos, valores faturados e os respetivos fundamentos;
- g) Garantir ao fornecedor os meios de acesso às suas instalações para o adequado fornecimento dos bens, de acordo com os procedimentos instituídos de circulação de pessoas e bens.

12ª. Obrigações do cocontratante

1. Constituem obrigações do prestador:

- a) Fornecer os bens de acordo com as características técnicas, funcionais, de interface e entregáveis especificadas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- b) Disponibilizar os bens nos locais e ao cuidado do/a interlocutor/a identificado/a na nota de encomenda, dentro do prazo contratado e apenas após a emissão, e envio, pelo Município de Soure, da informação de compromisso válido;
- c) Não proceder a aumentos de preço dos bens durante o período de execução do contrato e apresentar ao Município de Soure melhorias de preço, caso ocorram alterações de mercado significativas;
- d) Obter comprovativo da entrega dos bens pelo Município de Soure;
- e) Fazer acompanhar os bens do material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento ou utilização;
- f) Executar os testes que sejam requeridos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos;
- g) Disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, designadamente relativos à utilização e manutenção, em língua portuguesa;
- h) Assumir todos os encargos decorrentes da utilização e fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que o Município de Soure tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;
- i) Em caso de rutura de stock ou atraso no prazo de entrega o fornecedor deve comunicar esse facto, ao Município de Soure, de forma fundamentada, logo que dele tenha conhecimento, obrigando-se, se tal foi aceite e oportuno, a restabelecer o fornecimento em prazo razoável;

- j) Emitir a fatura após o vencimento da obrigação respetiva e fazê-la chegar à morada indicada na nota de encomenda;
- k) Prestar os esclarecimentos necessários relativamente aos valores indicados na fatura ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou equivalente;
- l) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária regular e perante a segurança social;
- m) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- n) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, não as utilizar para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, trabalhadores e colaboradores, ou terceiros, que nelas se encontrem envolvidos;
- o) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Soure, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- p) Prestar garantia aos bens, mesmo em caso de descontinuidade de fabrico, no mínimo, pelo prazo de dois anos a contar da data da assinatura do auto de receção ou da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos, correndo por sua conta os encargos inerentes à colocação do bem em boas condições de utilização;
- q) Salvo nos casos de dolo e negligência grosseira, em caso de incumprimento contratual, o adjudicatário será responsável pelos danos causados até ao máximo de 100% do preço da adjudicação.

13ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 5 % do valor do contrato;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 5 % do valor do contrato;
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 10% valor do contrato;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária, até 10% do valor do contrato
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens ou serviços objeto do contrato, cujo atraso na entrega ou prestação, tenha determinado a respetiva resolução¹⁵.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. O Município de Soure, para garantir o fiel pagamento das sanções, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo prestador de serviço, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial;
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

14ª. Dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

15ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

16ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na Lei, o Município de Soure pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso, total ou parcial, no fornecimento dos bens objeto do contrato e não aceitação dos fundamentos do atraso ou inoportunidade da prestação do serviço em novo prazo.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 325.º do CCP, o Município de Soure pode exercer o direito de resolução mediante declaração escrita enviada à contraparte, a qual produz efeitos no dia seguinte ao da sua receção ou, se as circunstâncias e o interesse público assim o aconselharem, em data que vier a ser fixada na notificação.

17ª. Resolução por parte do fornecedor

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

18ª. Foro competente ou arbitragem para resolução de litígios

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra com expressa renúncia a qualquer outro.

19ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual depende da autorização do Município de Soure, nos termos do CCP.
2. Para efeitos desta autorização, o subcontratado ou cessionário deverá apresentar, ao cocontratante, toda a documentação exigida no âmbito do procedimento que deu origem ao contrato, sendo posteriormente apresentada ao Município de Soure.
3. O Município de Soure deverá, ainda, ter acesso a informação que permita verificar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
4. Tratando-se de sociedade-mãe ou filial de grupo económico, exclui-se do conceito de subcontratação ou cessão de posição contratual, a utilização de recursos internos do grupo económico, desde que se encontrem sob controlo, gestão e responsabilidade do cocontratante.

20ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

21ª. Modificação do contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada pela parte interessada na mesma à outra parte.
2. As alterações ao contrato devem constar de documento escrito, assinado pelo/a cocontratante e pelo Município de Soure, sendo que produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
3. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte, essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
4. O contrato pode ser modificado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.

5. A modificação do contrato não pode conduzir à alteração de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

22ª. Contagem de prazos

1. Os prazos referidos no presente Caderno de Encargos, relativos aos procedimentos de formação do contrato contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e não lhes é aplicável, em caso algum, o artigo 88.º do mesmo Código - Cfr. artigo 470.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

23ª. Proteção de Dados

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do contrato associado ao presente procedimento.

24ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP, na sua versão atual e restante legislação aplicável.

II – Capítulo – Cláusulas Técnicas e Específicas

1ª. Local e condições do fornecimentos dos bens

1. O transporte dos bens é da responsabilidade do Município de Soure.
2. O fornecimento é feita de forma continuo conforme as necessidades do Município de Soure.
3. A faturação deve ser realizada à medida dos fornecimentos.
4. As quantidades indicadas são uma previsão, o que apenas obriga o Município de Soure a pagar os bens fornecidos.
5. Todos os produtos deverão ser certificados conforme norma NP EN 13242

2ª. Especificações técnicas

Lote 1 : Fornecimento de Britas

Material	Toneladas
Britas	200

O material deve cumprir conforme as caraterísticas técnicas do anexo 1

Lote 2 : Fornecimento de Pó de Pedra

Material	Toneladas
Pó de Pedra	2 500

O material deve cumprir conforme as características técnicas do anexo 1

Lote 3 : Fornecimento de Tout-Venant 1ª

Material	Toneladas
Tout-Venant 1ª	12 000

O material deve cumprir conforme as características técnicas do anexo 1

Lote 4 : Fornecimento de Tout-Venant 2ª

Material	Toneladas
Tout-Venant 2ª	8 000

O material deve cumprir conforme as características técnicas do anexo 1

Lote 5 : Fornecimento Resíduos/detritos

Material	Toneladas
Resíduos/detritos	4 000

O material deve cumprir conforme as características técnicas do anexo 1

Lote 6 : Fornecimento de Enrocamento

Material	Toneladas
Gabião e Rachão	2 500

O material deve cumprir conforme as características técnicas do anexo 1

Anexo 1

Os produtos deverão ser certificados conforme norma NP EN 13242, com as seguintes características:

Características Pó 0/5		Características Tout-venant de 1ª 0/32	
Designação d/D	0/5	Designação d/D	0/32
Peneiros	% passada	Peneiros	% passada
10 mm	100	63 mm	100
6,3 mm	98-100	45 mm	98-100
5,6 mm	93-99	31,5mm	89-99
2 mm	20-60	16 mm	40-80
0,063 mm	04-Out	0,063 mm	0-7
Equivalente de Areia	SE ≥ 45%	Azul de metileno	MB ≤ 2,0
Absorção de Água	<1%	Absorção de Água	<1%



Características Detritos de pedra 0/12	
Designação d/D	0/12
Peneiros	% passada
22,4 mm	100
12,5 mm	75/99
Azul de metileno	MB ≤ 10
Absorção de Água	<1,5%

Características Tout-venant de 2ª 0/32	
Designação d/D	0/32
Peneiros	% passada
63 mm	100
31,5 mm	75/99
0,063 mm	0-12
Azul de metileno	MB ≤ 10
Absorção de Água	<1%

Características Brita 8/14 (Brita 1)	
Designação d/D	Ago-14
Peneiros	% passada
31,5 mm	100
20 mm	98-100
14 mm	85-100
8 mm	0-20
4 mm	0-5
0,063 mm	0-1,5
Absorção de Água	<1%

Características Brita 12/20 (Brita 2)	
Designação d/D	Dez-20
Peneiros	% passada
40 mm	100
31,5 mm	98-100
20 mm	85-99
12,5 mm	0-20
6,3 mm	0-5
0,063 mm	0-1,5
Absorção de Água	<1%

Características Brita 16/32 (Brita 3)	
Designação d/D	16/32
Peneiros	% passada
63 mm	100
45 mm	98-100
31,5 mm	85-99
16 mm	0-20
8 mm	40-5
0,063 mm	0-1,5
Absorção de Água	<1%

A pedra de Gabião deverá ser certificada conforme norma NP EN 13383-1, com as seguintes características:

Características Gabião 90/180	
Designação d/D	90/180
Peneiros	% passada
250 mm	98-100
180** mm	80-100
90 mm	0-20
45 mm	0-5
Massa volúmica das partículas	2,65 Mg/m³
Resistência à rotura	CS ₈₀

** A fração entre os peneiros 90 mm e 180 mm é superior ou igual a 98 % em massa